



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90045/2026 - UASG 020001

EDITAL

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 0200.013750/2025-51)

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO, e este Pregoeiro, designado, na qualidade de Agente de Contratação, pela Portaria da Diretoria-Geral nº 3.549, de 2025, tornam pública, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Política de Contratações do Senado Federal estabelecida no Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, do Ato da Diretoria-Geral nº 14, de 9 de junho de 2022, do Ato da Diretoria-Geral nº 15, de 9 de junho de 2022, e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022 e, tendo em vista o que consta do Processo nº 0200.013750/2025-51, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para o REGISTRO DE PREÇOS**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, destinada à **contratação de empresa para prestação de serviço continuado de locação de equipamentos para controle de acesso por reconhecimento facial, com instalação e manutenções preventivas e corretivas**.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico Compras.gov.br.

DATA: 29/05/2026

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 09:30

SÍTIOS ELETRÔNICOS OFICIAIS: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1. O presente pregão tem por objeto o registro de preços, para, por demanda formulada pelo SENADO, as futuras contratações de **prestação de serviços serviço continuado de locação de equipamentos para controle de acesso por reconhecimento facial, com instalação e manutenções preventivas e corretivas, durante 60 (sessenta) meses consecutivos**, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.



SENADO FEDERAL

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATSER e as constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pelo órgão competente do Poder Executivo Federal, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao órgão competente do Poder Executivo Federal, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SENADO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2. Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3. Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

2.3.1. tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.2. estejam impedidas de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.3. tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Senado Federal, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

2.3.4. estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.3.5. encontrem-se em processo dissolução ou liquidação;

2.3.6. constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;



SENADO FEDERAL

2.3.7. em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92.

2.4. A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

2.4.1. SICAF e Relação de Servidores disponíveis no Portal da Transparência do Senado Federal, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.4.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

2.4.3. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>;

2.4.4. Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

2.5. Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

2.6. As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

2.7. É vedada a participação de consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

CAPÍTULO III – DA VISTORIA

3.1. É facultado à licitante interessada em participar deste Pregão, mediante prévio agendamento junto ao SEPROJE (Serviço de Projetos Estratégicos da Secretaria de Polícia do Senado Federal), realizar vistoria técnica, **com antecedência mínima de 1 (um) dia útil**, contado da data marcada para a sessão pública, para conhecer as instalações.

3.1.1. A vistoria deverá ser agendada de segunda-feira a sexta-feira, nos horários das 9h às 17h, pelos telefones (61) 3303-2175 ou pelo e-mail seproje@senado.leg.br.

3.1.2. Não será realizada vistoria sem prévio agendamento ou fora do prazo estabelecido.

3.1.3. A vistoria poderá ser realizada por responsável técnico ou representante da pessoa jurídica interessada em participar da licitação, que deverá comparecer municiado de identificação pessoal e do comprovante de vínculo com a empresa ou de procuração.



SENADO FEDERAL

3.1.3.1. A comprovação do vínculo poderá ser feita por meio de contrato de trabalho, contrato provisório de trabalho, contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa (no caso de sócio ou gerente).

3.1.3.2. Caso o vistoriador não atenda aos requisitos do item 3.1.3, não será executada a vistoria.

3.2. Realizada a vistoria, a licitante receberá o Termo de Vistoria, emitido pelo Serviço de Projetos Estratégicos (SEPROJE).

3.3. Caso a interessada opte por não realizar vistoria prévia, firmará Declaração de Dispensa de Vistoria, assinada pelo responsável técnico da licitante, na qual atestará o conhecimento pleno do local e das condições e peculiaridades da contratação, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos de sua proposta e do presente edital.

3.4. O Termo de Vistoria ou a Declaração de Dispensa de Vistoria deverá ser apresentado(a) junto com a documentação de habilitação. A não apresentação dos mencionados documentos implica aceitação geral e irrestrita por parte da licitante das especificações e condições do objeto licitado e de sua plena execução.

CAPÍTULO IV – DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

4.1. A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

4.2. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o preço unitário do item, observados o quantitativo e a unidade de prestação de serviço do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência (Anexo 1).

4.2.1. Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

4.2.2. Não será aceito quantitativo inferior ao total previsto para registro.

4.3. Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

4.4. O campo ‘Descrição Detalhada do Objeto Ofertado’ será destinado às informações complementares da proposta, observando-se os seguintes prazos e condições:

4.4.1. O prazo de início da prestação dos serviços será imediato, a contar da assinatura do contrato.



SENADO FEDERAL

4.5. A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

4.6. A licitante deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as declarações:

4.6.1. de condições de participação:

4.6.1.1. sobre ciência do edital;

4.6.1.2. sobre inclusão de custos para atender obrigações trabalhistas.

4.6.2. para fins de habilitação:

4.6.2.1. sobre atendimento aos requisitos de habilitação;

4.6.2.2. sobre inexistência de impedimento à habilitação;

4.6.2.3. sobre cumprimento das reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas;

4.6.2.4. sobre conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

4.6.2.5. sobre ausência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir de quatorze anos.

4.6.3. de cumprimento da legislação trabalhista:

4.6.3.1. sobre inexistência de tratamento desumano ou degradante;

4.6.3.2. sobre cumprimento às exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

4.7. A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.

4.8. Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

4.9. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.



SENADO FEDERAL

4.10. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

4.10.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

4.11. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO V – DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

5.2.1. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail licita@senado.leg.br, sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

5.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

5.4. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

5.6. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

CAPÍTULO VI – DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

6.1. A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa “aberto e fechado”, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

6.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 6.3.



SENADO FEDERAL

6.3. Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

6.3.1. proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

6.3.2. proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade.

6.4. Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.

6.5. Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 6.3.

CAPÍTULO VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

7.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

7.3. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

7.4. Havendo empate nominal entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, o critério de desempate previsto no inciso I art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

7.4.1. Considerar-se-á circunstancialmente inviável a aplicação do critério de desempate previsto no inciso II do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, em razão da ausência de parametrização do Sistema de Compras do Governo Federal (Compras.gov.br) para tanto.

7.4.2. Persistindo o empate nominal após a aplicação do item 7.4 e diante do exposto no item 7.4.1, deverá ser observado o critério previsto no inciso III do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, conforme os procedimentos e os critérios estabelecidos no Ato da Diretoria-Geral nº 36/2023.



SENADO FEDERAL

7.4.3. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios referidos nos subitens anteriores, o desempate ocorrerá por meio de sorteio público a ser realizado por meio virtual, consoante instruções previamente comunicadas pelo Pregoeiro.

7.4.4. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto nos subitens anteriores.

7.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.5.1. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.6. Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

7.6.1. A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

7.7. Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o intervalo mínimo de R\$ 0,01 (um centavo de real).

CAPÍTULO VIII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 45 da Lei nº Complementar nº 123/2006

8.2. Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

8.3. Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.3.1. Encerrada a fase de lances, caso a melhor oferta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:



SENADO FEDERAL

8.3.1.1. a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada mais bem classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

8.3.1.2. não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas ofertas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.3.2. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

8.4. A fim de verificar a pertinência de declaração de enquadramento da licitante mais bem classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, o Pregoeiro realizará consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, para verificar se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante ME/EPP, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data de abertura do certame, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

8.4.1. Constatado, a partir da verificação de que trata o subitem anterior, que o volume de ordens bancárias recebidas pela licitante supera o limite previsto no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

8.4.2. Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo Pregoeiro ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO IX – DO JULGAMENTO

9.1. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por item**.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO X - DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

10.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.1.2. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

CAPÍTULO XI – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

11.1. O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo 5 do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

11.1.1. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licita@senado.leg.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.1.2. O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

11.1.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.1.4. O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de folders, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos produtos e/ou equipamentos ofertados.

11.1.5. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.1.6. A proposta será desclassificada quando:

11.1.6.1. contiver vícios insanáveis;

11.1.6.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;



SENADO FEDERAL

11.1.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

11.1.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e

11.1.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

11.1.7. O SENADO poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir da licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto no item 11.1.6.4.

11.2. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto aos preços unitários ofertados, que não poderão ser superiores aos valores estimados constantes no Termo de Referência (Anexo 1).

11.2.1. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

11.2.2. Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

11.2.3. Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa 73/22 da SEGES/ME.

CAPÍTULO XII– DA HABILITAÇÃO

12.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

12.1.1. Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III, IV e VI, as licitantes deverão apresentar documentação complementar a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

12.2. Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.



SENADO FEDERAL

12.3. Além dos documentos referentes à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, social, previdenciária e trabalhista, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF.

12.3.1. CAPACIDADE TÉCNICA:

12.3.1.1. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante prestou, a contento, por período não inferior a 12 (doze) meses consecutivos, serviços de “locação de equipamentos para controle de acesso biométrico, com instalação e manutenções preventivas e corretivas”, similares, em características e quantidades, ao objeto desta licitação.

a) Quanto às características, considera-se similar a execução dos serviços de locação de equipamentos para controle de acesso por reconhecimento facial, biometria digital ou outro tipo de biometria, com instalação e manutenções preventivas e corretivas, não necessariamente com as exatas especificações de execução estabelecidas no Anexo 2 deste edital.

b) Para a comprovação do lapso temporal estabelecido no subitem 12.3.1.1 (12 meses) não será admitido o somatório de atestados de capacidade técnica, ainda que se refiram a períodos consecutivos e não concomitantes;

c) Caso seja necessário e mediante solicitação formal do Pregoeiro, as licitantes deverão disponibilizar todas as informações e documentos que eventualmente se façam necessários à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, como cópia do contrato que deu suporte à contratação, relatórios técnicos e documentos complementares necessários à compreensão das características dos serviços executados.

12.3.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

12.3.2.1. Balanço patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraído do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, que comprove:

a) que a licitante possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor anualizado de sua proposta; ou alternativamente

b) que a licitante possui todos os seguintes índices contábeis maiores que 1 (um):

b.1) Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

b.2) Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e



SENADO FEDERAL

b.3) Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

c) Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

12.3.3. OUTROS DOCUMENTOS:

12.3.3.1. A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação, as declarações indicadas no subitem 4.6.2 deste edital.

12.4. Os documentos exigidos neste Capítulo que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

12.4.1. O prazo para envio dos documentos de que trata o item 12.4 é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

12.4.2. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

12.4.3. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

12.5. A licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ela encaminhados.

12.5.1. Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar à licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

12.5.1.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Secretaria da Coordenação de Processamento Externo de Licitações do Senado Federal, situada na Via N2, Bloco 16, CEP 70.165-900, Brasília-DF, no prazo estipulado pelo Pregoeiro.

12.6. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 12.4, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

12.6.1. a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame, inclusive quanto à veracidade das declarações relacionadas no Capítulo III, quando presentes fundados indícios que apontem divergências quanto ao teor das informações prestadas;



SENADO FEDERAL

12.6.1.1. em relação ao disposto no inciso IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021, diante de fundados indícios de descumprimento das exigências de reserva de cargos, o Pregoeiro, de forma motivada, poderá conceder prazo à licitante para a apresentação de informações e de documentação apta a demonstrar a veracidade da declaração, incluindo evidências e justificativas dos esforços empreendidos pela licitante a fim de preencher o percentual legal de vagas.

12.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.6.3. suprir a ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pela licitante;

12.6.4. suprir a ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

12.7. A apresentação de documentos de que trata o item 12.6 será realizada em observância ao disposto no item 12.8 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida à licitante, implicando sua inabilitação.

12.8. Caso seja necessário, para fins de confirmação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 12.6, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação, por meio do campo de “anexos” do sistema.

12.8.1. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o *e-mail* licita@senado.leg.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

12.8.2. O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 120 (cento e vinte) minutos a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

12.8.3. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

12.8.4. Em caso de não envio dos documentos de que tratam os itens 12.6 e 12.8 no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

12.9. Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.



SENADO FEDERAL

12.9.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

12.9.2. Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

12.10. Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em bases de dados e/ou em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo as informações, os dados e/ou os documentos obtidos como meio legal de prova.

12.11. As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

12.11.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, ou revogar a licitação.

12.12. O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

12.12.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

12.13. Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

12.13.1. Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:



SENADO FEDERAL

12.13.1.1. identidade dos sócios;

12.13.1.2. atuação no mesmo ramo de atividades;

12.13.1.3. data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;

12.13.1.4. compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos.

12.13.1.5. identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;

12.13.1.6. identidade de telefones, e-mails e demais informações de contato.

12.13.2. Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

12.13.3. Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

12.13.3.1. inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;

12.13.3.2. relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

CAPÍTULO XIII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

13.1. Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

13.2. Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XIV – DO RECURSO

14.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos do término do julgamento das propostas e após o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

14.1.1. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

14.1.2. Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 14.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

14.1.3. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 14.1.2.

14.2. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada às licitantes interessadas, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

14.2.1. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

14.3. O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados ao Diretor-Executivo de Contratações do Senado Federal para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

14.4. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Diretor-Executivo de Contratações do Senado Federal, quando houver recurso, e pela Diretora-Geral do Senado Federal nos demais casos.

15.2. A homologação deste Pregão compete à Diretora-Geral do Senado Federal.

15.3. O objeto deste Pregão será adjudicado por item à vencedora do certame.

15.4. Antes da homologação da licitação pela Diretora-Geral, para os fins de que trata o inciso VII do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, as licitantes que tenham apresentado propostas não



SENADO FEDERAL

recusadas para itens adjudicados à licitante vencedora, serão convocadas, por meio do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, para que, dentro do prazo estipulado e procedimentos operacionais, manifestem seu interesse em aderir ao cadastro de reserva.

CAPÍTULO XVI– DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Após homologado o resultado deste Pregão, o SENADO convocará a licitante vencedora para assinatura da Ata de Registro de Preços, presencialmente, informando o local, data e hora, ou eletronicamente, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** de sua convocação.

16.1.1. O prazo de convocação de que trata o item 16.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

16.1.2. Será permitida a assinatura eletrônica da Ata, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 16.1.

16.1.3. O SENADO poderá enviar a Ata para assinatura da licitante, que deverá devolvê-la assinada no prazo previsto no item 16.1.

16.2. A ata registrará apenas os preços e os quantitativos da licitante mais bem classificada durante a fase competitiva, sendo que o registro das demais licitantes será incluído na ata em forma de anexo, observando-se a sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, se houver.

16.2.1. O registro das demais licitantes a que se refere o item 16.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva de que trata o inciso VII do art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e o inciso II do art. 18 do Decreto Federal nº 11.462/2023 no caso de impossibilidade de atendimento pela primeira colocada da ata

16.2.2. Se houver mais de uma licitante na situação de que trata o item 16.2, serão classificadas segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

16.3. Os registros se farão da seguinte forma:

16.3.1. Na ARP os preços e quantitativos da licitante mais bem classificada durante a etapa competitiva;

16.3.2. No anexo da ARP:

16.3.2.1. Os preços e quantitativos das licitantes que aceitaram cotar o objeto desta licitação em valor igual ao da licitante mais bem classificada, estabelecendo inclusive a ordem de classificação.



SENADO FEDERAL

16.3.2.2. Os preços e quantitativos das licitantes que mantiveram sua proposta original.

16.3.3. Para fins da ordem de classificação, as licitantes de que trata o subitem 16.3.2.1 antecederão aqueles de que trata o subitem 16.3.2.2.

16.3.4. Se houver mais de uma licitante nas situações do subitem 16.3.2, serão registradas segundo a ordem de classificação observada na fase competitiva.

16.4. No caso de a licitante vencedora, após convocada, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das punições previstas neste edital e em seus anexos, serão convocadas as licitantes integrantes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo.

16.4.1. A convocação das licitantes do cadastro de reserva que aceitaram cotar o objeto em valor igual ao da licitante mais bem classificada de que trata o subitem 16.3.2.1 antecederá a convocação das licitantes que mantiveram sua proposta, componentes do cadastro referido no subitem 16.3.2.2.

16.4.2. A convocação das licitantes do cadastro de reserva que mantiveram sua proposta, componentes do cadastro referido no subitem 16.3.2.2, observada a ordem de classificação, será para negociação com vistas à obtenção de preço melhor, ainda que acima do preço do adjudicatário.

16.4.3. Se as negociações com todas as licitantes do cadastro de reserva que mantiveram sua proposta forem frustradas, a Administração poderá, observada a ordem de classificação, contratar nas condições inicialmente ofertadas.

16.5. A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após a sua disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto no art. 174, §2º, IV, da Lei nº 14.133/2021.

16.5.1. A recusa injustificada de fornecedor beneficiário classificado em assinar a ata ensejará a aplicação das penalidades previstas neste edital e seus anexos.

16.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida.

16.7. Nas hipóteses previstas pelos subitens 16.2.1 e 16.4, deverá ser observado o disposto no Capítulo XI – Da Aceitabilidade da Proposta e no Capítulo XII – Da Habilitação.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XVII – DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. A vigência da Ata de Registro de Preço proveniente deste Pregão será de 1 (um) ano contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas.

17.2. Será admitida a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preço por mais 12 (doze) meses, desde que comprovado que os preços registrados permanecem vantajosos.

17.3. Caso as partes não se interessem pela prorrogação da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias antes do término de sua vigência.

17.4. Os preços registrados poderão ser reajustados após 12 (doze) meses de vigência, observada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC ou por outro indicador que venha a substituí-lo.

17.5. O reajuste levará em conta, para fins de cálculo, a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e a data do primeiro aniversário de vigência da Ata de Registro de Preços.

CAPÍTULO XVIII– DA PARTICIPAÇÃO E ADESÃO AO REGISTRO DE PREÇO

18.1. O Senado Federal é o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

18.2. Não serão admitidas adesões à(s) Ata(s) de Registro de Preços decorrente(s) desta licitação.

CAPÍTULO XIX– DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. A Secretaria de Administração de Contratações do SENADO será a unidade responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação, incluindo a aferição e comprovação da continuidade da vantajosidade dos preços registrados, observando-se o disposto no art. 40, no art. 46 e no Anexo IX do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022.

19.2. A convocação do fornecedor beneficiário pelo SENADO será formalizada e conterá o endereço e o prazo máximo em que deverá comparecer para assinar o contrato e atender ao pedido.

19.3. O fornecedor beneficiário convocado na forma do item anterior que não comparecer, não assinar o contrato, não atender ao pedido no prazo estipulado ou não cumprir as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços, estará sujeito às sanções previstas neste edital e seus anexos.



SENADO FEDERAL

19.4. Quando comprovada a hipótese acima o SENADO poderá convocar o próximo fornecedor ao qual será destinado o pedido, obedecida a ordem de classificação do certame, na forma dos itens 16.2 e 16.3 deste edital, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

CAPÍTULO XX – DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

20.1. Durante a vigência da ARP, os preços registrados poderão ser alterados nas hipóteses devidamente comprovadas decorrentes das situações previstas nos artigos 25, I e II, 26 e 27 do Decreto Federal nº 11.462/2023 e observados os requisitos estabelecidos nos artigos 47 e 48 do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022.

20.2. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista no item 20.1, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.

CAPÍTULO XXI – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR BENEFICIÁRIO

21.1. O fornecedor beneficiário terá seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

21.1.1. a pedido, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovados;

21.1.2. por iniciativa do SENADO, quando:

21.1.2.1. o fornecedor:

- a)** não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b)** perder quaisquer das condições de habilitação exigidas no processo licitatório;
- c)** deixar de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- d)** não comparecer ou se recusar a assinar os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- e)** sofrer sanção que acarrete a impossibilidade de licitar e contratar com o Senado Federal, em especial nas hipóteses previstas nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.
- f)** configuradas razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;



SENADO FEDERAL

g) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

21.1.3. Verificada qualquer uma das hipóteses acima, concluído o respectivo processo e após garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das sanções eventualmente cabíveis, o SENADO formalizará o cancelamento do registro correspondente e informará ao fornecedor beneficiário e aos demais a nova ordem de registro.

21.2. A Ata de Registro de Preço, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

21.2.1. por extinção da totalidade do seu objeto; e

21.2.2. quando não restarem fornecedores registrados.

CAPÍTULO XXII – DA ASSINATURA DO CONTRATO

22.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços o SENADO poderá convocar o fornecedor beneficiário para assinar o contrato, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

22.1.1. O prazo de convocação de que trata o item 22.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor beneficiário durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

22.1.2. Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal do fornecedor beneficiário a possua, no mesmo prazo indicado no item 22.1.

22.1.3. O SENADO poderá enviar o contrato para assinatura do fornecedor beneficiário, que deverá devolvê-lo assinado no prazo previsto no item 22.1.

22.1.4. A falta de manifestação no prazo estabelecido acima autoriza o SENADO a convocar os fornecedores integrantes do cadastro de reserva constante do anexo da Ata de Registro de Preços, observada a ordem de classificação, para, nos termos do item 16.2.1, assinar a Ata de Registro de Preços e, posteriormente, assinar o contrato em iguais condições.

22.2. Para a assinatura do contrato referida no item 22.1, o fornecedor beneficiário terá que comprovar documentalmente que o faz por meio de seu representante legal, com poderes para tal.

22.3. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á, por meio do SICAF e de outros meios se o fornecedor beneficiário mantém as condições de habilitação e, ainda, se atende ao disposto no §4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021.



SENADO FEDERAL

22.3.1. – Nos termos do art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002, a existência de registro positivo no CADIN (Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais) em nome da licitante adjudicatária constitui fator impeditivo para a sua contratação, observado o disposto no item 22.3.3.

22.3.2. – Em atenção ao que determina o art. 6º da Lei nº 10.522/2002, anteriormente à celebração do contrato, o Senado Federal realizará consulta ao CADIN para verificar se a licitante adjudicatária possui débitos ativos com a Administração Pública Federal.

22.3.3. – Havendo registro positivo no CADIN, quando da convocação para assinatura do contrato, a empresa vencedora será notificada a promover e a comprovar a regularização da situação de inadimplência no prazo previsto no item 22.1, sob pena de decair seu direito à contratação do objeto.

22.3.4. – O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério do SENADO, desde que haja solicitação da licitante devidamente justificada e apresentada antes do transcurso do prazo informado no item 22.3.3.

22.3.5. – Não havendo a comprovação de regularização da situação junto ao CADIN dentro do prazo, incluindo a eventual prorrogação de que trata o item 22.3.4, decairá para a licitante vencedora o direito à contratação do objeto da licitação, sendo facultado ao SENADO convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar o procedimento licitatório.

22.4. O contrato vincula-se aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº ____/____, constante do Processo nº 00200.013750/2025-51, da Ata de Registro de Preços e da proposta vencedora.

CAPÍTULO XXIII – DOS ACRÉSCIMOS

23.1. É vedado efetuar acréscimos ou supressões nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021

23.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão ser alteradas nas hipóteses e condições estabelecidas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

CAPÍTULO XXIV - DA RESCISÃO

24.1. A inexecução total ou parcial de eventual ajuste que venha a ser firmado em razão da Ata de Registro de Preços poderá ensejar a rescisão do ajuste e o cancelamento do registro de preços do fornecedor beneficiário responsável pela inexecução, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

24.2. A extinção do contrato poderá ser:

24.2.1. determinada por ato unilateral e escrito do SENADO, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;



SENADO FEDERAL

24.2.2. consensual, por acordo entre as partes; ou

24.2.3. determinada por decisão judicial.

24.3. A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

24.4. Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO XXV – DA FISCALIZAÇÃO

25.1. Caberá aos gestores designados pela autoridade competente do Senado Federal promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços e/ou contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008 e no Ato da Diretora-Geral nº 14 de 2022.

CAPÍTULO XXVI – DAS PENALIDADES

26.1. A recusa injustificada da adjudicatária e/ou do fornecedor beneficiário em assinar a Ata de Registro de Preços ou assinar o contrato no prazo estabelecido nos itens 16.1 e 22.1 caracterizará o descumprimento total do compromisso assumido e o(a) sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o seu valor total, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

26.2. Os fornecedores do cadastro de reserva que, na hipótese de aceitarem as convocações previstas neste edital e, posteriormente, recusarem-se a assinar a Ata de Registro de Preços ou o contrato, ficarão também sujeitos às sanções referidas no item 26.1.

26.3. Caso a licitante e/ou contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do Ato da Diretoria-Geral nº 15, de 9 de junho de 2022, ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

26.4. Ocorrendo alguma das hipóteses previstas no item 26.3 deste edital, o contrato e o registro em ata assinada pelo fornecedor beneficiário responsável poderão, a qualquer tempo, ser cancelados, sem prejuízo das demais sanções.

26.5. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à administração pública previstos no inciso IV, do artigo 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

26.6. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO XXVII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

27.1. Até às 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licita@senado.leg.br

27.2. Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

27.2.1. A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

27.3. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

27.4. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até às 17h (horário de Brasília/DF) do terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico licita@senado.leg.br.

27.4.1. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

27.5. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas, em campo próprio, na plataforma Compras.gov.br.

CAPÍTULO XXVIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

28.2. Integram este edital os seguintes anexos: **Anexo 1** – Termo de Referência; **Anexo 2** – Especificações; **Anexo 3** – Minuta de Contrato; **Anexo 4** – Minuta da Ata de Registro de Preços; **Anexo 5** – Modelo de Apresentação de Proposta; **Anexo 6** – Modelos de Termo de Vistoria e de Declaração de Dispensa de Vistoria; e **Anexo 7** – Termo de Confidencialidade.

28.3. Os atos normativos do Senado Federal referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico <https://www12.senado.leg.br/transparencia/leg/legislacao-relacionada>.

28.4. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.



SENADO FEDERAL

28.5. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

28.6. As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do Pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

28.7. A aplicação dos normativos expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares do Senado Federal no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.

28.8. As limitações operacionais porventura existentes no Sistema Eletrônico Compras.gov.br decorrentes de imposições normativas restritas ao âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG, de que trata o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, não vinculam o Senado Federal, podendo ser adotadas medidas para a sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente ao certame.

28.9. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

CAPÍTULO XXIX – DO FORO

29.1. Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, 12 de maio de 2026.

MARCUS VINÍCIUS DE MIRANDA CASTRO

Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90045/2026

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 0200.013750/2025-51)

ANEXO 1

TERMO DE REFERÊNCIA																		
OBJETO	Prestação de serviço continuado de locação de equipamentos para controle de acesso por reconhecimento facial, com instalação e manutenções preventivas e corretivas, durante 60 (sessenta) meses consecutivos.																	
ESTIMATIVA DE QUANTIDADES A SEREM ADQUIRIDAS POR ÓRGÃOS PARTICIPANTES E NÃO PARTICIPANTES	Não haverá outros órgãos participantes nesta licitação, haverá apenas o Senado Federal como órgão gerenciador. Não serão admitidas adesões à Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação.																	
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Conforme Anexo 2 do edital.																	
CATSER	27430																	
QUANTIDADES E PREÇOS(S) ESTIMADO(S)	<table><tr><th>Item</th><th>Unidade</th><th>Quantidade</th><th>Descrição resumida</th><th>Preço Unitário Mensal (R\$)</th><th>Preço Total Mensal (R\$)</th></tr><tr><td>1</td><td>Serviço</td><td>114</td><td>Serviço mensal continuado de locação de equipamentos para controle de acesso por reconhecimento facial, com instalação e manutenções preventivas e corretivas.</td><td>415,66</td><td>47.385,24</td></tr></table>						Item	Unidade	Quantidade	Descrição resumida	Preço Unitário Mensal (R\$)	Preço Total Mensal (R\$)	1	Serviço	114	Serviço mensal continuado de locação de equipamentos para controle de acesso por reconhecimento facial, com instalação e manutenções preventivas e corretivas.	415,66	47.385,24
	Item	Unidade	Quantidade	Descrição resumida	Preço Unitário Mensal (R\$)	Preço Total Mensal (R\$)												
	1	Serviço	114	Serviço mensal continuado de locação de equipamentos para controle de acesso por reconhecimento facial, com instalação e manutenções preventivas e corretivas.	415,66	47.385,24												
Preço total estimado para 60 meses: R\$ 2.843.114,40 (dois milhões, oitocentos e quarenta e três mil, cento e quatorze reais e quarenta centavos)																		



SENADO FEDERAL

JUSTIFICATIVA	Esta contratação tem por objetivo garantir o controle seguro, eficiente e automatizado de acessos a ambientes institucionais sensíveis, assegurando a identificação precisa e intransferível de pessoas autorizadas, com elevado nível de disponibilidade operacional, rastreabilidade e integração futura com o sistema central de segurança da Casa, solucionando a atual limitação de segurança física nas dependências onde circulam informações estratégicas e documentos de caráter reservado.
ADJUDICAÇÃO	Menor preço por item.
VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	De 1 (um) ano contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas, admitida a prorrogação, na forma do item 17.2 do edital.
FORMA DE PAGAMENTO	Conforme Cláusula Sexta da minuta de contrato (Anexo 3 do edital).
LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	Os serviços deverão ser prestados no Complexo Arquitetônico do Senado Federal, situado na Praça dos Três Poderes, Brasília, Distrito Federal.
FISCALIZAÇÃO	Conforme Cláusula Décima Primeira da minuta de contrato (Anexo 3 do edital).

Brasília, 12 de maio de 2026.

MARCUS VINÍCIUS DE MIRANDA CASTRO

Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90045/2026

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 0200.013750/2025-51)

ANEXO 2

ESPECIFICAÇÕES

1. Especificações técnicas do objeto

1.1. Os itens deverão atender aos seguintes requisitos:

Item	Quantidade	Unidade de medida	Especificações
1	114	Serviço	Serviço continuado de locação de equipamentos para controle de acesso por reconhecimento facial, com instalação e manutenções preventivas e corretivas.

1.1.1. As quantidades são estimadas, conforme cenário de possível fornecimento e instalação dos equipamentos para o controle de portas de todos os gabinetes incluídos no planejamento, admitindo-se a possibilidade de implantação escalonada, em blocos, à medida em que a demanda diferida se concretize pela solicitação do serviço, de modo que a remuneração da Contratada ocorrerá na proporção dos serviços efetivamente implantados.

1.2. A Contratada poderá oferecer equipamentos de qualquer marca e modelo, desde que garantida a disponibilidade operacional mínima de **97,5% (noventa e sete por cento e cinco décimos por cento)** e atingidos os requisitos mínimos para cada componente.

1.2.1. A disponibilidade operacional se define pela razão da diferença entre o “tempo total do período” e o “tempo de inoperância do equipamento” pelo próprio “tempo total do período”

$$\text{Disponibilidade (\%)} = \left(\frac{\text{Tempo total do período} - \text{Tempo de inoperância do equipamento}}{\text{Tempo total do período}} \right) \times 100$$

1.2.1.1. Exemplo prático (mês com 30 dias):

Tempo total do mês: 30 dias × 24h = 720 horas

Limite máximo de inoperância permitida (2,5%): 720h × 2,5% = 18 horas



SENADO FEDERAL

Assim, para manter a disponibilidade mínima de 97,5%, o equipamento não pode permanecer inoperante por mais de 18 (dezoito) horas no mês.

1.2.1.2. Considera-se inoperância toda falha que impeça o funcionamento normal do equipamento, como:

1.2.1.2.1. Reconhecimento facial indisponível;

1.2.1.2.2. Travamento do sistema;

1.2.1.2.3. Falha no acionamento da porta;

1.2.1.2.4. Problemas de hardware ou software;

1.2.1.2.5. Desligamento por falta de manutenção;

1.2.1.2.6. Falha de conexão com a rede, quando causada por deficiência do equipamento.

1.2.1.3. Não são computados como inoperância os períodos de parada programada autorizada pela Administração, como atualizações previamente agendadas ou desligamentos por força maior.

1.2.2. A licitante fará constar em sua proposta a relação (marca/modelo e especificações, acompanhadas de documentação técnica) dos equipamentos indicados para a solução tecnológica completa que será fornecida a título de locação, incluindo (admitindo-se adaptações justificadas):

1.2.2.1. Central de controle de acesso facial;

1.2.2.2. Fechadura eletromagnética;

1.2.2.3. Fonte de alimentação ininterrupta com receptor (admitindo-se fonte e receptor independentes, justificadamente);

1.2.2.4. Botoeira de sobrepor;

1.2.2.5. Controle remoto.

1.2.3. Para a **central de controle de acesso facial**, são exigidos os atributos relacionados a seguir (essas características estão presentes nos modelos de referência HID Amico 7, INTELBRAS SS 5541 MF W, INTELBRAS SS 5542 MF W, INTELBRAS SS 5531 MF W, INTELBRAS SS 5532 MF W, INTELBRAS SS 9530 MF W, CONTROL ID IDFACE MAX, não havendo oposição ao fornecimento de marca alternativa que apresente os mesmos ou superiores atributos):

1.2.3.1. Tamanho da tela superior a 7”;

1.2.3.2. Capacidade mínima de 10.000 (dez mil) faces;

1.2.3.3. Capacidade de armazenamento mínima de 200.000 (duzentos mil) eventos;

1.2.3.4. Resolução mínima de tela de 600 x 1024 pixels;

1.2.3.5. Distância de autenticação mínima na faixa entre 0,5 m e 1,5 m;



SENADO FEDERAL

1.2.3.6. Velocidade de correspondência inferior a 0,5 segundo;

1.2.3.7. Conectividade Ethernet;

1.2.3.8. Padrão IEEE 802.1X com PEAP ou EAP TLS;

1.2.3.9. Assertividade igual ou superior a 99%;

1.2.3.10. Recurso de vivacidade (“liveness”).

1.2.4. A fechadura eletromagnética (fechadura-eletrôímã) deve apresentar acabamento discreto (cinza, prateado, branco ou preto), tendo como principal atributo a força de tração (no mínimo 150 kgf), com possibilidade de instalação em portas de qualquer material (madeira, alumínio, aço e vidro) que abram para dentro ou para fora, com desníveis de até 20 mm. Essas características estão presentes no modelo de referência Intelbras FE 20150, não havendo oposição ao fornecimento de marca alternativa que apresente os mesmos ou superiores atributos, desde que compatíveis com a central de controle. Para melhor desempenho, exige-se ainda modelo que inclua sensor de porta aberta.

1.2.5. A fonte de alimentação ininterrupta com receptor, dotada de gabinete plástico revestido em plástico de cor discreta (cinza, prateado, branco ou preto), contendo uma bateria de 12V 7Ah inclusa, e possuindo as seguintes características básicas (essas características estão presentes no modelo de referência JFL Power-512 Plus, não havendo oposição ao fornecimento de marca alternativa que apresente os mesmos ou superiores atributos, nem oposição ao fornecimento de solução com fonte e receptor independentes, desde que mantida a funcionalidade de acionamento por controle remoto):

1.2.5.1. Tensão de entrada: "bivolt" (dentro da faixa de 100 a 240 Vac);

1.2.5.2. Tensão de saída entre 12 e 15 Vdc;

1.2.5.3. Corrente de saída entre 2 e 5 A;

1.2.5.4. Indicadores visuais para: status de alimentação e status da bateria;

1.2.5.5. Proteção mínima contra: curto-circuito, subtensão da bateria, inversão de polaridade da bateria, ruídos e interferência eletromagnética;

1.2.5.6. Receptor embutido de radiofrequência para controle ou botoeira sem fio.

1.2.6. Também chamada de acionador de saída de sobrepor, a **botoeira de sobrepor** (podendo ser sobreposta a paredes de alvenaria, gesso ou madeira) é uma solução econômica para liberação da saída, sem a necessidade de registrar o usuário. Deve ter uma aparência discreta (cinza, prateado, branco ou preto). Deve ainda possuir uma resistência mecânica suficiente para pelo menos 500.000 (quinhentos mil) acionamentos. Essas características estão presente nos modelos de referência Intelbras BT 3000 IN e JFL-B201, não havendo oposição ao fornecimento de marca alternativa que apresente os mesmos ou superiores atributos, desde que compatíveis com a central de controle.

1.2.7. Para a comodidade do acionamento remoto da porta (à distância), por exemplo, por algum funcionário no interior do gabinete, sem precisar se deslocar até a botoeira fixada na



SENADO FEDERAL

parede, será fornecido com cada conjunto controlador 1 (um) **controle remoto** compatível com o receptor embutido na fonte de alimentação ininterrupta, devendo apresentar (essas características estão presentes no modelo de referência JFL CR 4T Duo+, não havendo oposição ao fornecimento de marca alternativa que apresente os mesmos ou superiores atributos):

- 1.2.7.1.** Sinalização visual de bateria baixa;
- 1.2.7.2.** Bateria de lítio de longa duração inclusa;
- 1.2.7.3.** Alcance de pelo menos 50 metros.

Brasília, 12 de maio de 2026.

MARCUS VINÍCIUS DE MIRANDA CASTRO
Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90045/2026

(Processo nº 0200.013750/2025-51)

ANEXO 3

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/____

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, _____, objetivando a prestação de serviço continuado de locação de equipamentos para controle de acesso por reconhecimento facial, com instalação e manutenções preventivas e corretivas.

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pela sua Diretora-Geral, _____, e _____, com sede na _____, telefone nº (____) _____ e _____, CNPJ-MF nº _____/____-____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, CI. _____, expedida pela __, CPF nº _____, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO nº ____/20____, homologado pela Senhora Diretora-Geral, documento digital nº _____ do Processo nº 0200.013750/2025-51, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, documento digital nº _____, a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, bem como da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, e dos Atos da Diretoria-Geral nº 14 de 2022 e 15 de 2022, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **prestação de serviço continuado de locação de equipamentos para controle de acesso por reconhecimento facial, com instalação e manutenções preventivas e corretivas**, durante 60 (sessenta) meses consecutivos, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato e do edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:



SENADO FEDERAL

I - manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;

II - apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;

III - efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;

IV - manter, durante a realização de serviços nas dependências do SENADO, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;

V - manter preposto para este contrato, que irá representá-la sempre que for necessário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente contrato, salvo se houver autorização específica do SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO QUINTO – Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

PARÁGRAFO SEXTO – Os pleitos, reclamações e esclarecimentos formulados pela CONTRATADA deverão ser instruídos pelo SENADO no prazo de 30 (trinta) dias e decididos pela autoridade competente no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação de ambos os prazos caso necessário para o adequado deslinde da matéria.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O prazo de instrução referido no Parágrafo Sexto desta cláusula somente terá início após a verificação por parte do Gestor da avença acerca dos pressupostos de admissibilidade do pedido previstos no art. 123 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO TRATAMENTO E DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O SENADO e a CONTRATADA se obrigam a observar fielmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e de livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais a que tiverem acesso em razão da execução do presente Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, nas situações em que houver o



SENADO FEDERAL

compartilhamento de dados pessoais pelo SENADO, compromete-se a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da presente contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o compartilhamento das informações a outras empresas ou pessoas, salvo o decorrente de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento da presente avença.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao SENADO em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

PARÁGRAFO QUINTO – Descumprimentos havidos em razão do uso inadequado ou ilícito em relação aos dados pessoais serão apurados conforme estabelecido neste contrato e nos termos do que dispõem a Seção III, Capítulo VI e o art. 52 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA iniciará a execução do serviço continuado de locação de equipamentos para controle de acesso por reconhecimento facial, com instalação e manutenções preventivas e corretivas imediatamente, a contar da assinatura do contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O planejamento da infraestrutura e a elaboração do cronograma de implantação compõem as etapas iniciais do serviço e deverão ser iniciados imediatamente após a assinatura do contrato.

I – O serviço só poderá ser iniciado após:

- a) Apresentação do Termo de Confidencialidade, cujo modelo se encontra no Anexo 7 do Edital.
- b) Apresentação do modelo técnico de monitoramento remoto e alinhamento com servidores designados pela PRDSTI sobre a forma de acesso para monitoramento, observando os normativos e controles de segurança cibernética do Senado Federal, como requisito para o recebimento da solução, mais especificamente, como condição para a instalação/implementação dos dispositivos a serem fornecidos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA deverá apresentar ao gestor, em até 15 (quinze) dias úteis a contar da assinatura do contrato, o **Planejamento de Infraestrutura**: documento que descreve o conjunto de providências técnicas e operacionais que a CONTRATADA deverá adotar previamente à implantação do sistema de controle de acesso facial, mencionando o suporte necessário por parte do SENADO, com o objetivo de garantir que os equipamentos possam ser instalados corretamente nos locais definidos, que a execução

35



SENADO FEDERAL

contratual ocorra sem interrupções, retrabalho ou improvisações, e que a infraestrutura física, elétrica e lógica esteja compatível com os requisitos técnicos dos dispositivos a serem instalados, abrangendo, pelo menos, os seguintes elementos básicos:

I - Infraestrutura elétrica e de rede lógica, sob responsabilidade do SENADO, cabendo à CONTRATADA:

- a)** Verificação da existência de ponto de energia próximo a cada ponto de instalação (tomadas em altura compatível, tensão correta etc.).
- b)** Avaliação da necessidade de instalação de nobreaks (UPS) ou protetores contra surtos elétricos, para preservar os equipamentos e manter funcionamento em caso de queda de energia.
- c)** Em caso de uso de alimentação por PoE (Power over Ethernet), verificar se os switches da rede oferecem suporte aos padrões IEEE 802.3af/at/bt.
- d)** Verificação da existência de ponto de rede estruturada (cabearamento) nos locais de instalação dos equipamentos.

II - Ajustes físicos e estruturais dos locais de instalação:

- a)** Avaliação da estrutura física da parede ou superfície onde o dispositivo será instalado (alvenaria, divisória, vidro etc.).
- b)** Medição da altura e distância adequada ao rosto do usuário para garantir correta autenticação facial.
- c)** Verificação de barreiras físicas, iluminação excessiva, janelas atrás do usuário ou reflexos, que possam interferir no desempenho do equipamento.
- d)** Análise de necessidade de instalação de suporte metálico, canaletas, caixas de passagem ou molduras de adaptação.
 - d.1)** O cabearamento que interliga os componentes da solução (terminais e periféricos) é de responsabilidade da CONTRATADA, admitindo-se instalação de canaletas sobreposta ou técnicas similares.

III - Integração com dispositivos de controle físico de acesso:

- a)** Verificação da existência e tipo de fechadura elétrica ou eletromagnética a ser acionada.
- b)** Análise de compatibilidade entre o relé do controlador e o sistema de abertura (ex.: botoeira, acionamento remoto, fechadura *fail-safe* ou *fail-secure*).
- c)** Avaliação da disposição da porta (sentido de abertura, tipo de maçaneta, batente, existência de mola para fechamento) para garantir instalação adequada do conjunto.
 - c.1)** Nos casos em que não houver mola aérea nas portas que precisam ser mantidas fechadas, cabe à CONTRATADA o seu fornecimento como parte integrante da solução.

IV - Planejamento de logística de instalação



SENADO FEDERAL

- a) Definição de horários autorizados para instalação, respeitando a agenda institucional (ex.: gabinetes em uso);
- b) Identificação de restrições de acesso físico aos locais (autorização prévia, acompanhamento de servidor, controle de visitantes).

PARÁGRAFO TERCEIRO - Como desdobramento do planejamento da logística de instalação, a CONTRATADA deverá apresentar ao gestor, em até 15 (quinze) dias úteis a contar da assinatura do contrato – prazo coincidente com o Planejamento de Infraestrutura, um **Cronograma de Implantação**, de forma escalonada e coordenada, respeitando as especificidades de cada local e assegurando o mínimo de interferência na rotina institucional, dividida em fases sequenciais e controladas, começando por um período de teste piloto com avaliação da funcionalidade e da aceitação da solução, antes da expansão para todos os ambientes previstos, e abrangendo, pelo menos, os seguintes elementos básicos:

I - Fase 1 – Planejamento do cronograma

- a) Iniciada imediatamente após a assinatura do contrato, com possíveis reuniões entre a Administração (Secretaria de Polícia, Secretaria de Infraestrutura e Secretaria de Tecnologia da Informação) e a CONTRATADA, para a definição de:
 - a.1) Locais prioritários para a instalação inicial (piloto);
 - a.2) Ordem de implantação por ambiente (gabinetes parlamentares, lideranças, blocos, Secretarias etc.);
 - a.3) Datas estimadas para instalação, testes, validação e entrega definitiva;
 - a.4) Pontos de contato e responsáveis por cada unidade/setor.
- b) O planejamento do cronograma será avaliado pelo gestor em até 5 (cinco) dias úteis, podendo ser solicitada retificação em até 5 (cinco) dias úteis, seguindo-se o aval para o início da execução das fases subsequentes.
- c) Aprovados tanto o Planejamento da Infraestrutura quanto o Cronograma de Implantação, os serviços de instalação e configuração seguirão os prazos neles previstos.

II - Fase 2 – Período de testes-piloto (instalação em até 5 (cinco) dias úteis, período de testes por 10 (dez) dias úteis).

- a) A solução será instalada em um número reduzido de ambientes estratégicos, a critério do gestor, selecionados como representativos e, durante esse período:
 - a.1) Será avaliada a funcionalidade técnica dos equipamentos (reconhecimento facial, abertura de portas, logs, integração com a rede, estabilidade, atualizações etc.);
 - a.2) Serão testadas as interfaces administrativas (painel de gestão, cadastramento de usuários, relatórios);
 - a.3) Avaliar-se-á a usabilidade e fluidez da experiência dos usuários finais (parlamentares, servidores, visitantes autorizados).
- b) O procedimento de teste piloto:



SENADO FEDERAL

- b.1)** Não se confunde com prova de conceito (POC);
- b.2)** Não tem caráter eliminatório ou classificatório;
- b.3)** Não enseja reprovação da solução contratada.
- c)** Constitui etapa essencial de gestão de riscos e de garantia da qualidade da implantação.

III - Fase 3 – Coleta de feedback e ajustes da solução

- a)** A CONTRATADA, com a participação do gestor, aplicará formulários de avaliação (podendo ser suplementados mediante entrevistas com os usuários envolvidos, no caso de incidências numerosas ou graves), em até 10 (dez) dias úteis a contar do fim do período de testes da Fase 2 para colher informações sobre:
 - c.1)** Facilidade de uso;
 - c.2)** Clareza nas mensagens de acesso permitido / negado;
 - a.5)** Tempo de resposta;
 - a.6)** Necessidade de ajustes físicos, lógicos ou procedimentais.
- b)** A CONTRATADA deverá:
 - b.1)** Analisar os resultados dos testes-piloto;
 - b.2)** Propor e executar ajustes ou correções necessárias;
 - b.3)** Documentar eventuais melhorias implementadas.
- c)** O gestor verificará se os serviços ajustados ao final do teste-piloto já se encontram adequados para serem replicados para todo o escopo da contratação, podendo avaliar o prosseguimento ou requerer novos ajustes no prazo de até 10 (dez) dias úteis após solicitação formal e motivada.

IV - Fase 4 – Implantação completa e gradual

- a)** Após a validação do piloto e os eventuais ajustes, será iniciada a implantação nos demais locais, em até 20 dias úteis, conforme o cronograma ajustado. A execução será feita de forma setorial e coordenada, com:
 - a.1)** Comunicação prévia às unidades envolvidas;
 - a.2)** Definição de janelas de instalação compatíveis com a rotina parlamentar;
 - a.3)** Instrução técnica em nível operacional para os administradores do sistema indicados pelo gestor e para servidores designados de cada gabinete e Secretaria;
 - a.4)** Instrução técnica em nível gerencial para os administradores do sistema indicados pelo gestor;
 - a.5)** Entrega ao gestor de documentação técnica detalhada (manual de instalação/manutenção, manual do usuário, ficha de dados etc.) dos equipamentos instalados, em versão digital (PDF pesquisável) em idioma português.



SENADO FEDERAL

a.6) Registro de aceite técnico e funcional ao término de cada instalação.

V - Fase 5 – Monitoramento pós-implantação (permanente)

a) Após a conclusão das instalações, será realizado acompanhamento técnico, para:

a.1) Monitorar estabilidade e desempenho dos equipamentos;

a.2) Identificar e corrigir eventuais falhas residuais;

a.3) Avaliar a aderência da solução às rotinas institucionais.

PARÁGRAFO QUARTO - Para assegurar o pleno funcionamento, a alta disponibilidade e a confiabilidade do sistema de controle de acesso por reconhecimento facial, a CONTRATADA será responsável por monitoramento contínuo dos dispositivos e pela execução de manutenções preventivas periódicas.

I - Monitoramento contínuo (proativo)

a) A CONTRATADA deverá manter estrutura e ferramentas para monitoramento remoto em tempo real, sempre que tecnicamente possível, a fim de:

a.1) Acompanhar o status de funcionamento dos equipamentos (online/offline, uso anormal, travamentos, quedas de energia);

a.2) Identificar falhas de comunicação com a rede ou com o sistema central de gerenciamento;

a.3) Verificar logs de eventos incomuns ou de falha de autenticação repetida;

a.4) Acionar proativamente as equipes de suporte técnico ao identificar anomalias.

b) Esse monitoramento poderá ser feito:

b.1) Pela plataforma de software fornecida com o sistema (ex.: painéis de controle baseados em navegador);

b.2) Mediante painel web próprio ou integrado, fornecido pela CONTRATADA;

b.3) Por meio de notificações automáticas por e-mail, API ou dashboard de gestão.

c) O SENADO poderá, a qualquer tempo, solicitar relatórios de status e alertas captados pelo sistema de monitoramento, para fins de auditoria e controle de desempenho.

II - Manutenções preventivas periódicas (presenciais)

a) A CONTRATADA deverá realizar visitas técnicas periódicas presenciais para manutenção preventiva dos equipamentos, no mínimo, a cada 6 (seis) meses ou conforme as orientações do fabricante.

b) A CONTRATADA deverá apresentar ao gestor, logo após a implantação de todo o escopo do contrato, um plano detalhado de manutenções preventivas, com cronograma e ordem de visita dos locais.

c) As manutenções preventivas incluirão:



SENADO FEDERAL

- c.1)** Limpeza dos sensores ópticos (RGB e IR);
 - c.2)** Verificação física de fixação e estrutura dos suportes;
 - c.3)** Inspeção de cabos, conexões e pontos de energia;
 - c.4)** Verificação da resposta do relé e integração com a fechadura;
 - c.5)** Atualização de firmware e software local, se aplicável;
 - c.6)** Testes de performance do reconhecimento facial e de velocidade de autenticação;
 - c.7)** Simulação de falhas e testes de contingência (ex: abertura remota, falha de rede);
 - c.8)** Registro dos serviços em relatório técnico individual por equipamento, com evidência fotográfica e assinatura de responsável, contendo, pelo menos: a identificação do equipamento; a data e hora da visita; os itens verificados; as medidas aplicadas; as situações de risco detectadas, se houver; o nome do responsável técnico da CONTRATADA e o do servidor efetivo ou comissionado da unidade usuária e beneficiária direta do serviço contratado.
- d)** Caso, durante a manutenção preventiva, sejam identificadas falhas iminentes ou degradação do desempenho, a CONTRATADA deverá acionar imediatamente o procedimento de manutenção corretiva, sem custo adicional.
- e)** Está incluída, no escopo das manutenções preventivas e sem periodicidade pré-determinada, a exclusão de dados biométricos e de cadastro de usuários, ao final de cada legislatura e, a qualquer tempo, quando solicitado pelo gestor.

PARÁGRAFO QUINTO - A manutenção corretiva consiste no conjunto de ações destinadas a corrigir falhas ou defeitos inesperados nos equipamentos ou sistemas de controle de acesso facial, visando restabelecer sua plena funcionalidade no menor tempo possível, com o mínimo de impacto nas atividades institucionais. Essa modalidade de manutenção será prestada sem ônus adicional, durante todo o período contratual.

I - A manutenção corretiva será aplicada sempre que ocorrer:

- a)** Falha total ou parcial no reconhecimento facial ou na liberação de acesso;
- b)** Inoperância do display, câmera, sensor ou relé de acionamento;
- c)** Perda de conectividade com a rede ou com o sistema de gerenciamento;
- d)** Erros recorrentes de autenticação sem causa externa aparente;
- e)** Travamentos, lentidão ou reinicializações frequentes;
- f)** Danos físicos ou elétricos que comprometam o uso seguro e regular do equipamento, ainda que decorrentes de acidente ou vandalismo.

II - O SENADO poderá acionar a manutenção corretiva por meio de:

- a)** Central de atendimento técnico da CONTRATADA, constituída pelo menos de e-mail e telefone, e opcionalmente também por sistema de chamados on-line;
- b)** Painel web de suporte (quando disponibilizado pela CONTRATADA);



SENADO FEDERAL

- c) Notificação direta à equipe de campo, quando em monitoramento ativo (seguida de posterior formalização por e-mail, para fins de registro).
- III** - Cada ocorrência será registrada, pelo menos, com: número do chamado; local e equipamento afetado; descrição do problema; data e hora da solicitação.
- IV** - Entende-se o tempo de resposta como o tempo decorrido entre o registro do chamado, na forma do inciso II, e o início do efetivo atendimento de manutenção.
- V** - Entende-se o prazo para solução como o tempo decorrido entre o início do efetivo atendimento de manutenção e a sua conclusão, com aceite pelo gestor ou servidor delegado.
- VI** - As definições dos tipos de falha e dos prazos de atendimento e solução seguirão o disposto a seguir:
- a) A falha crítica** (sistema inoperante) impossibilita totalmente o uso do equipamento para controle de acesso, comprometendo a segurança do ambiente ou interrompendo a operação normal. Considera-se alto risco à segurança física ou operacional, exigindo resposta da CONTRATADA em até 6 (seis) horas corridas, e prazo para solução de até 12 (doze) horas corridas. São exemplos deste tipo de falha:
- a.1)** O equipamento não liga ou permanece desligado mesmo com alimentação elétrica normal;
- a.2)** Trava de porta não aciona, impedindo entrada ou saída do ambiente controlado;
- a.3)** Reconhecimento facial não responde ou falha em 100% das tentativas;
- a.4)** Perda completa de comunicação com o sistema de gerenciamento (sem registro de eventos);
- a.5)** Erro no software embarcado que impede inicialização do sistema;
- a.6)** Equipamento danificado fisicamente por surto elétrico ou queda, tornando-o inutilizável.
- b) Com a falha não crítica** (função parcial), o equipamento continua funcional, mas com perda parcial de recursos ou degradação de desempenho, sem impedir completamente o uso. Afeta a experiência do usuário ou o nível de confiabilidade, mas não compromete de forma imediata a segurança. Admite-se resposta da CONTRATADA em até 12 (doze) horas corridas, e prazo para solução de até 24 (vinte e quatro) horas corridas. São exemplos deste tipo de falha:
- b.1)** Reconhecimento facial funciona, mas há atraso ou lentidão excessiva na autenticação;
- b.2)** Abertura da porta exige mais de uma tentativa, ou apresenta falhas esporádicas;
- b.3)** Tela com falhas visuais (pixels queimados, brilho irregular), mas ainda utilizável;
- b.4)** Câmera IR com desempenho reduzido, dificultando o reconhecimento em ambientes escuros;



SENADO FEDERAL

b.5) Registro de eventos tipo falha intermitente no painel central, mas sem perda de autenticação local;

b.6) Sistema opera normalmente, mas apresenta mensagens de erro recorrentes.

c) O **defeito físico não urgente** é uma falha de natureza estética ou estrutural que não interfere diretamente na operação técnica do equipamento, mas que pode evoluir ou comprometer a durabilidade se não for tratada. Não gera risco ou prejuízo imediato à operação, e pode tolerar uma resposta da CONTRATADA em até 2 (dois) dias corridos, com prazo para solução de até 5 (cinco) dias corridas. São exemplos deste tipo de falha:

c.1) Trinca na carcaça sem exposição de componentes internos;

c.2) Botão de reinício danificado, mas não essencial à operação diária;

c.3) Suporte de fixação frouxo ou com leve deslocamento, sem risco imediato de queda;

c.4) Desgaste de etiqueta de identificação, sem prejuízo de rastreabilidade.

VII - Recebido o chamado, a CONTRATADA deverá:

a) Diagnosticar o problema com base nos relatos, *logs* e testes remotos e locais;

b) Efetuar reparo imediato no local, ou substituir temporariamente o equipamento defeituoso por outro substituto plenamente funcional (efetuando a transferência da base de dados para o substituto), quando não for possível a resolução no ato;

c) Remover o equipamento com defeito para oficina própria ou autorizada, se necessário;

d) Reinstalar e reconfigurar o dispositivo, mantendo os dados e perfis previamente cadastrados, quando aplicável.

VIII - A CONTRATADA será responsável por todas as peças, os deslocamentos, a mão de obra e os insumos necessários, sem custos adicionais.

IX - Ao final do atendimento, será emitido relatório técnico, que posteriormente será arquivado para fins de fiscalização e acompanhamento do contrato, contendo as seguintes informações: equipamento no qual o atendimento foi prestado; diagnóstico da falha; ações corretivas aplicadas, substituições realizadas, se houver; prazo total de indisponibilidade; assinatura do técnico e validação de servidor efetivo ou comissionado da unidade usuária e beneficiária direta do serviço contratado.

X - A CONTRATADA deverá manter, à disposição do gestor, histórico de falhas e atendimentos, permitindo identificar padrões de falhas recorrentes.

XI - Caso um mesmo equipamento apresente reincidência de falha (gerando mais de duas ocorrências por ano), a critério do gestor, a CONTRATADA deverá realizar sua substituição definitiva.

PARÁGRAFO SEXTO – Os serviços deverão ser prestados no Complexo Arquitetônico do Senado Federal, situado na Praça dos Três Poderes, Brasília, Distrito Federal, CEP 70.165-900, preferencialmente em horário comercial, das 9h às 18h.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SÉTIMO – Efetivada a prestação dos serviços, será emitido, mensalmente, por servidor ou comissão designada para este fim, até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao período de 30 (trinta) dias de serviços prestados, termo detalhado de aceite que comprove o atendimento das exigências contratuais.

I – Considera-se como termo inicial do primeiro prazo de 30 (trinta) dias de serviços prestados a conclusão da Fase 4 – implantação completa.

PARÁGRAFO OITAVO – Ao SENADO não caberá qualquer ônus pela rejeição de serviços considerados inadequados pelo gestor.

PARÁGRAFO NONO – Os prazos constantes deste regime de execução sumarizam-se nas tabelas seguintes:

I – Tabela de Controle de Prazos – Implantação

Fase / Evento	Marco Inicial	Prazo Máximo	Responsável	Observação de Controle
Assinatura do Contrato	Data da assinatura	D0	SENADO / Contratada	Marco zero contratual
Entrega do Planejamento de Infraestrutura	D0	15 dias úteis	Contratada	Entrega formal ao gestor
Entrega do Cronograma de Implantação	D0	15 dias úteis (coincidente)	Contratada	Pode ocorrer conjuntamente
Análise do Planejamento e Cronograma	Protocolo de entrega	5 dias úteis	Gestor	Pode solicitar ajustes
Retificação (se necessária)	Solicitação do gestor	5 dias úteis	Contratada	Reenvio para aprovação
Aprovação formal	Nova entrega ou versão final	Até 5 dias úteis	Gestor	Autoriza início da Fase 2
Instalação do Piloto	Após aprovação	5 dias úteis	Contratada	Ambientes estratégicos
Testes Piloto	Após instalação	10 dias úteis	Contratada + Gestor	Avaliação técnica e funcional



SENADO FEDERAL

Coleta de Feedback e Ajustes	Fim dos testes	10 dias úteis	Contratada	Execução de melhorias
Avaliação Final do Piloto	Solicitação formal de ajustes	Até 10 dias úteis	Gestor	Autoriza expansão
Implantação Completa	Após validação do piloto	20 dias úteis	Contratada	Execução gradual
Entrega de documentação técnica	Ao final da implantação	Imediata	Contratada	Condição para aceite
Monitoramento Pós-Implantação	Após implantação	Permanente	Contratada	Acompanhamento contínuo

II – Tabela de Controle – Manutenção Preventiva

Evento	Marco Inicial	Periodicidade / Prazo	Responsável	Observação
Apresentação do Plano de Manutenção Preventiva	Conclusão da implantação	Imediato	Contratada	Deve conter cronograma
Manutenção Preventiva Presencial	Início do contrato	A cada 6 meses	Contratada	Relatório individual por equipamento
Relatório técnico preventivo	Após cada visita	Imediato	Contratada	Arquivamento obrigatório

III – Tabela de Controle – Manutenção Corretiva (SLA)

Tipo de Falha	Prazo de Resposta	Prazo de Solução	Base de Contagem	Observação
Falha Crítica	6 horas corridas	12 horas corridas	Registro chamado do	Sistema inoperante
Falha Não Crítica	12 horas corridas	24 horas corridas	Registro chamado do	Função parcial



SENADO FEDERAL

Defeito Físico Não Urgente	2 dias corridos	5 dias corridos	Registro do chamado	Estético/estrutural
-----------------------------------	-----------------	-----------------	---------------------	---------------------

PARÁGRAFO DÉCIMO – Os prazos de responsabilidade da CONTRATADA serão suspensos caso a impossibilidade de cumprimento decorra de atraso na providência da infraestrutura de responsabilidade do SENADO.

CLÁUSULA QUINTA – DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

A CONTRATADA deverá prestar os serviços definidos neste contrato, no edital e seus anexos, de acordo com os níveis de serviço especificados nesta Cláusula, estando sujeita a glosas no pagamento pelo descumprimento do Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os níveis de serviço apresentados neste IMR têm como função definir os indicadores de acompanhamento da qualidade dos serviços prestados durante a contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Não haverá incidência de IMR nos serviços de Planejamento de Infraestrutura, de elaboração do Cronograma de Implantação e de efetiva implantação (seja em fase piloto, seja em escalonamento para o atingimento do escopo completo).

PARÁGRAFO TERCEIRO - Haverá carência de 30 (trinta) dias para aplicação do IMR, contados após o aceite do gestor ao conjunto do escopo do contrato completamente implantado.

I - Nesse período, as notificações e os relatórios serão emitidos normalmente e deverão ser acompanhados pela CONTRATADA para fins de adaptação e aprendizado;

II - O IMR e o desconto calculado durante a carência terão caráter instrutivo e não resultarão em redução no valor a ser recebido pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUARTO - O prazo de manifestação da CONTRATADA para defesa e contraditório perante as ocorrências informadas pelo gestor é de 2 (dois) dias úteis, suspendendo-se os efeitos da glosa até a apreciação conclusiva do gestor.

PARÁGRAFO QUINTO - A incidência de desconto pelo IMR na remuneração mensal não anula a responsabilidade por danos cíveis e criminais, bem como a incidência de demais penalidades previstas neste contrato.

PARÁGRAFO SEXTO - Os serviços serão constantemente avaliados pelo gestor, que emitirá relatórios mensais.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A CONTRATADA emitirá a nota fiscal com valor conforme o relatório do gestor.

PARÁGRAFO OITAVO - Os indicadores a seguir definem os parâmetros a serem observados no cumprimento do IMR:



SENADO FEDERAL

Indicador	
Nº 1 – Resolução tempestiva de ocorrências do tipo “falha crítica”	
Item	Descrição
Finalidade	Avaliar a diligência e a presteza dos serviços que resultam na contínua disponibilidade operacional dos sistemas instalados, em resposta a perda completa de funcionalidade.
Meta a cumprir	Indisponibilidade operacional do equipamento até o limite do prazo para a solução definitiva, por ocorrência.
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	Formulário ou planilha de controle das ocorrências. O gestor do contrato acompanhará o cumprimento das atividades e o atendimento das ocorrências, ou delegará a servidor o acompanhamento.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	Cada chamado (ou ordem de serviço) de ocorrência será verificada e valorada individualmente, com a contabilização da quantidade de tempo, em horas corridas, da indisponibilidade operacional do conjunto controlador de acesso.
Início de Vigência	30 (trinta) dias após a implantação do escopo completo do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	<p>Faixa 1 = A indisponibilidade de até 18 (dezoito) horas corridas por ocorrência do tipo “falha crítica” não incidirá em readequação do valor a ser recebido.</p> <p>Faixa 2 = Ultrapassado o prazo previsto na faixa anterior, a indisponibilidade de até 36 (trinta e seis) horas corridas por ocorrência do tipo “falha crítica” incidirá em readequação a título de ajuste de nível de serviço (ANS) de 5% (cinco por cento) de glosa para o equipamento afetado.</p> <p>Faixa 3 = Ultrapassado o prazo previsto na faixa anterior, a indisponibilidade de até 72 (setenta e duas) horas corridas por ocorrência do tipo “falha crítica” incidirá em readequação a título de ajuste de nível de serviço (ANS) de 15% (quinze por cento) de glosa para o equipamento afetado.</p> <p>Faixa 4 = Ultrapassado o prazo previsto na faixa anterior, a indisponibilidade de até 54 (cinquenta e quatro) horas corridas por ocorrência do tipo “falha crítica” incidirá em readequação a título de ajuste de nível de serviço (ANS) de 30% (trinta por cento) de glosa para o equipamento afetado.</p> <p>Logo: Valor da nota fiscal (VNF) = Valor integral devido pelo serviço mensal (VI) x (1 – somatório do ajuste de nível de serviço apurado em cada ocorrência) $VNF = VI \times (1 - \sum ANS)$</p>
Sanções	Ultrapassado o limite máximo de glosa de 30% (trinta por cento) da base de cálculo do indicador definida neste IMR, será aplicada, cumulativamente, a multa específica prevista no parágrafo décimo quarto da Cláusula Décima Segunda.



SENADO FEDERAL

Indicador	
Nº 2 – Resolução tempestiva de ocorrências do tipo “falha não crítica”	
Item	Descrição
Finalidade	Avaliar a diligência e a presteza dos serviços que resultam na contínua disponibilidade operacional dos sistemas instalados, em resposta a perda parcial de funcionalidade.
Meta a cumprir	Indisponibilidade parcial do equipamento até o limite do prazo para a solução definitiva, por ocorrência.
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	Formulário ou planilha de controle das ocorrências. O gestor do contrato acompanhará o cumprimento das atividades e o atendimento das ocorrências, ou delegará servidor para o acompanhamento.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	Cada chamado (ou ordem de serviço) de ocorrência será verificada e valorada individualmente, com a contabilização da quantidade de tempo, em horas corridas, da indisponibilidade operacional parcial do conjunto controlador de acesso.
Início de Vigência	30 (trinta) dias após a implantação do escopo completo do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	<p>Faixa 1 = A indisponibilidade de até 36 (trinta e seis) horas corridas por ocorrência do tipo “falha não crítica” não incidirá em readequação do valor a ser recebido.</p> <p>Faixa 2 = Ultrapassado o prazo previsto na faixa anterior, a indisponibilidade de até 44 (quarenta e quatro) horas corridas por ocorrência do tipo “falha não crítica” incidirá em readequação a título de ajuste de nível de serviço (ANS) de 5% (cinco por cento) de glosa para o equipamento afetado.</p> <p>Faixa 3 = Ultrapassado o prazo previsto na faixa anterior, a indisponibilidade de até 52 (cinquenta e duas) horas corridas por ocorrência do tipo “falha não crítica” incidirá em readequação a título de ajuste de nível de serviço (ANS) de 15% (quinze por cento) de glosa para o equipamento afetado.</p> <p>Faixa 4 = Ultrapassado o prazo previsto na faixa anterior, a indisponibilidade de até 60 (sessenta) horas corridas por ocorrência do tipo “falha não crítica” incidirá em readequação a título de ajuste de nível de serviço (ANS) de 30% (trinta por cento) de glosa para o equipamento afetado.</p> <p>Logo: Valor da nota fiscal (VNF) = Valor integral devido pelo serviço mensal (VI) x (1 – somatório do ajuste de nível de serviço apurado em cada ocorrência) $VNF = VI \times (1 - \sum ANS)$</p>



SENADO FEDERAL

Indicador	
Nº 2 – Resolução tempestiva de ocorrências do tipo “falha não crítica”	
Item	Descrição
Sanções	Ultrapassado o limite máximo de glosa de 30% (trinta por cento) da base de cálculo do indicador definida neste IMR, será aplicada, cumulativamente, a multa específica prevista no parágrafo décimo quarto da Cláusula Décima Segunda.

Indicador	
Nº 3 – Resolução tempestiva de ocorrências do tipo “defeito físico não urgente”	
Item	Descrição
Finalidade	Avaliar a diligência e a presteza dos serviços que resultam na contínua disponibilidade operacional dos sistemas instalados, em resposta a danos físicos sem perda de funcionalidade.
Meta a cumprir	Sistema operando com dano físico, sem perda de funcionalidade, até o limite do prazo para a solução definitiva, por ocorrência.
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	Formulário ou planilha de controle das ocorrências. O gestor do contrato acompanhará o cumprimento das atividades e o atendimento das ocorrências, ou delegará servidor para o acompanhamento.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Cada chamado (ou ordem de serviço) de ocorrência será verificada e valorada individualmente, com a contabilização da quantidade de tempo, em dias corridos, do funcionamento do conjunto controlador de acesso operando com dano físico.
Início de Vigência	30 (trinta) dias após a implantação do escopo completo do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	<p>Faixa 1 = A persistência do dano físico por até 7 (sete) dias corridos em ocorrência do tipo “defeito físico não urgente” não incidirá em readequação do valor a ser recebido.</p> <p>Faixa 2 = Ultrapassado o prazo previsto na faixa anterior, a persistência do dano físico por até 8 (oito) dias corridos em ocorrência do tipo “defeito físico não urgente” incidirá em readequação a título de ajuste de nível de serviço (ANS) de 5% (cinco por cento) de glosa para o equipamento afetado.</p> <p>Faixa 3 = Ultrapassado o prazo previsto na faixa anterior, a persistência do dano físico por até 9 (nove) dias corridos em ocorrência do tipo “defeito físico não urgente” incidirá em readequação a título de ajuste de nível de serviço (ANS) de 15% (quinze por cento) de glosa para o equipamento afetado.</p> <p>Faixa 4 = Ultrapassado o prazo previsto na faixa anterior, a persistência do dano físico por até 10 (dez) dias corridos em ocorrência do tipo “defeito físico não urgente” incidirá em readequação a título de ajuste de nível de serviço (ANS) de 30% (trinta por cento) de glosa para o equipamento afetado.</p>



SENADO FEDERAL

Indicador	
Nº 3 – Resolução tempestiva de ocorrências do tipo “defeito físico não urgente”	
Item	Descrição
	Logo: Valor da nota fiscal (VNF) = Valor integral devido pelo serviço mensal (VI) x (1 – somatório do ajuste de nível de serviço apurado em cada ocorrência) $VNF = VI \times (1 - \sum ANS)$
Sanções	Ultrapassado o limite máximo de glosa de 30% (trinta por cento) da base de cálculo do indicador definida nesta IMR, será aplicada a multa específica prevista no parágrafo décimo quarto da Cláusula Décima Segunda.

Indicador	
Nº 4 – Disponibilidade operacional do conjunto dos equipamentos	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a continuidade dos serviços de controle de acesso com alta disponibilidade.
Meta a cumprir	Os equipamentos em conjunto devem apresentar disponibilidade mínima de 98% ao mês.
Instrumento de medição e forma de acompanhamento	Formulário ou planilha de controle das ocorrências resultantes do monitoramento descrito no item 8.4.1 deste TR. O gestor do contrato acompanhará o cumprimento das atividades e o atendimento das ocorrências, ou delegará servidor para o acompanhamento.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Será apurada a porcentagem de horas em disponibilidade no mês, a partir do seguinte cálculo: $\frac{[(\text{Horas totais no mês} \times \text{quantidade de equipamentos}) - \text{Somatório de horas de indisponibilidade de cada um dos equipamentos}]}{(\text{Horas totais no mês} \times \text{quantidade de equipamentos})} = X\%$
Início de Vigência	30 (trinta) dias após a implantação do escopo completo do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento	A porcentagem de horas em disponibilidade do conjunto de equipamentos apurada no mês deverá ser enquadrada na respectiva faixa: Faixa 1 = A disponibilidade entre 97,5% e 100% não incidirá em readequação do valor a ser recebido. Faixa 2 = A disponibilidade abaixo de 97,5% e igual ou acima de 95% incidirá em readequação a título de ajuste de nível de serviço (ANS) de 10% (dez por cento) de glosa sobre a parcela mensal. Faixa 3 = A disponibilidade abaixo de 95% e igual ou acima de 92,5% incidirá em readequação a título de ajuste de nível de serviço (ANS) de 25% (vinte e cinco por cento) de glosa sobre a parcela mensal.



SENADO FEDERAL

Indicador	
Nº 4 – Disponibilidade operacional do conjunto dos equipamentos	
Item	Descrição
	Faixa 4 = A disponibilidade abaixo de 92,5% incidirá em readequação a título de ajuste de nível de serviço (ANS) de 30% (trinta por cento) de glosa sobre a parcela mensal. Logo: Valor da nota fiscal (VNF) = Valor integral devido pelo serviço mensal (VI) x (1 – somatório do ajuste de nível de serviço apurado em cada ocorrência) $VNF = VI \times (1 - \sum ANS)$
Sanções	Ultrapassado o limite máximo de glosa de 30% (trinta por cento) da base de cálculo do indicador definida nesta IMR, será aplicada cumulativamente a multa específica prevista no parágrafo décimo quarto da Cláusula Décima Segunda.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, os valores unitários a seguir, conforme proposta da CONTRATADA, documento digital nº _____, não sendo permitida em nenhuma hipótese a antecipação de pagamentos e o pagamento de fornecimentos não executados ou executados de forma incompleta.

Item	Unidade	Quantidade Estimada	Especificação	Preço Unitário Mensal (R\$)	Preço Total Mensal (R\$)
1	Serviço	114	Serviço mensal continuado de locação de equipamentos para controle de acesso por reconhecimento facial, com instalação e manutenções preventivas e corretivas.		

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor mensal estimado do presente instrumento é de R\$ _____ (_____), o valor anual estimado é de R\$ _____ (_____) e o valor total (estimado) é de R\$ _____ (_____), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pagamento efetuar-se-á mensalmente, por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, em 2 (duas) vias, condicionado ao termo circunstanciado de aceite mensal, conforme previsto no Parágrafo Sétimo da Cláusula Quarta, e à apresentação da garantia na forma da Cláusula Décima.



SENADO FEDERAL

I – A não apresentação da garantia na forma prevista na Cláusula Décima não impede o pagamento do objeto, mas autoriza o SENADO a adotar a medida prevista no Parágrafo Décimo daquela Cláusula.

II - O valor mensal a ser pago está sujeito a ajustes, conforme previsto na Cláusula Quinta - do Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes atualizados de regularidade com a Fazenda Pública Federal, com a Previdência Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sob pena de aplicação das penalidades específicas previstas na Cláusula Décima Primeira.

PARÁGRAFO QUARTO – As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO – Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do Parágrafo Segundo desta Cláusula poderá ser suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO SEXTO – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no Parágrafo Segundo e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

Após decorridos 12 (doze) meses de celebração deste contrato o preço poderá ser reajustado, desde que a extensão da vigência não seja atribuível exclusivamente à CONTRATADA, observada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou por outro indicador que venha a substituí-lo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O primeiro reajuste levará em conta para fins de cálculo a variação do índice pactuado entre a data de apresentação da proposta e do primeiro aniversário do contrato, sendo que os reajustes subsequentes ocorrerão sempre nos aniversários seguintes, aplicando-se a variação ocorrida no último período.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEGUNDO – Fica assegurada a alteração do preço por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, para atualização do valor contratual a partir da celebração do ajuste, na hipótese de o SENADO reajustar o preço registrado por motivo preexistente à formalização do contrato, comprovando o fornecedor adjudicatário que, por ocasião do acionamento da Ata de Registro de Preços para formalização da contratação, ressalvou o direito ao reajuste pretérito.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O arredondamento dos preços reajustados deste contrato reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20, de 2010:

I – Para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais; e

II – Quando a casa decimal imediatamente posterior à definida no Inciso I deste Parágrafo for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

CLÁUSULA OITAVA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho _____ e Natureza de Despesa _____, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho nº ____, de ____ de ____ de 20__.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia destinada a assegurar a plena execução do contrato, no valor de R\$ _____ (_____), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual deste contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em uma das seguintes modalidades:

I – caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II – seguro-garantia; ou

III – fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA deverá efetivar a prestação da garantia e formalizar a entrega do comprovante respectivo, exclusivamente por meio de registro no Serviço de Protocolo Administrativo do Senado Federal endereçado ao Gestor do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do início da vigência contratual, podendo esse



SENADO FEDERAL

prazo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

I – Quando a CONTRATADA optar pela modalidade prevista no inciso II do *caput*, o prazo para apresentação da garantia será de 1 (um) mês, contado da data da homologação da licitação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A partir do vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, prorrogável por igual período, para renová-la ou complementá-la, mediante justificativa a ser apreciada pela Administração.

PARÁGRAFO QUARTO – A garantia será liberada após a execução plena deste contrato no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, de acordo com a legislação em vigor.

PARÁGRAFO QUINTO – A garantia a que se refere esta cláusula terá vigência durante todo o prazo de execução do contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – O valor da garantia não poderá ser decrescente em função da execução gradual do contrato, nem poderá a garantia estar condicionada a elementos externos à relação entre o SENADO e a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A garantia, inclusive na modalidade seguro-garantia, deverá assegurar ressarcimento, indenização e pagamento de, no mínimo:

I – prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;

II – multas aplicadas pelo SENADO à CONTRATADA;

III – prejuízos diretos causados ao SENADO decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA durante a execução do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO – No caso de a CONTRATADA optar pelo seguro-garantia, deverá apresentar cobertura para todos os riscos elencados no Parágrafo Sétimo desta Cláusula, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual atualizado do contrato.

PARÁGRAFO NONO – A CONTRATADA que prestar a garantia na modalidade caução poderá optar pelo seu parcelamento.

I – Autorizado pela Administração o parcelamento da garantia na modalidade caução, a empresa contratada poderá optar pela retenção mensal de seus créditos até a integralização do valor correspondente à garantia.

II – O parcelamento poderá ser feito em até 5 (cinco) prestações mensais e deverá observar o período de vigência remanescente do contrato, de modo que o valor a ser garantido esteja plenamente integralizado antes do encerramento da avença.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Caso a garantia contratual não seja apresentada de acordo com as exigências previstas nesta cláusula, o SENADO fica autorizado a reter parte do pagamento mensal à CONTRATADA para formação de reserva financeira, em valor equivalente ao da regular garantia contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis.



SENADO FEDERAL

I – As retenções de crédito realizadas pelo Senado Federal para a formação de reserva financeira em valor suficiente para suprir a constituição de garantia contratual regular poderão ser parceladas mediante solicitação da empresa contratada, observado o disposto no Parágrafo Nono.

II – Os valores retidos ficarão reservados em conta orçamentária, a título de garantia, e, por esta razão, não serão objeto de qualquer atualização monetária, salvo no caso de a CONTRATADA abrir conta bancária apta a receber depósito caução.

III – A liberação dos valores retidos fica condicionada à execução plena do contrato ou à apresentação de garantia idônea por parte da CONTRATADA, nos termos dos incisos I a III do *caput* desta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Havendo alteração contratual, a CONTRATADA deverá comunicar o fato e encaminhar à seguradora o respectivo documento que formalize a alteração para fins de emissão do respectivo endosso, devendo a CONTRATADA apresentar ao SENADO, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da formalização da alteração contratual, a comprovação da referida comunicação e a anuência da seguradora, sob pena de multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total remanescente deste contrato até o limite de 30 (trinta) dias, após o qual será aplicada, cumulativamente, multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da contratação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Quando da abertura de processos para eventual aplicação de penalidade, para fins de configuração de “expectativa de sinistro”, o SENADO deverá comunicar o fato à seguradora e/ou fiadora tão logo ocorra a instauração do processo administrativo sancionatório.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo SENADO com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores designados pela autoridade competente do Senado Federal promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato, observado o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 02, de 2008 e no Ato da Diretora-Geral nº 14 de 2022.

PARÁGRAFO ÚNICO - A comunicação entre o SENADO e a CONTRATADA dar-se-á pelo endereço eletrônico seproje@senado.leg.br.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

A CONTRATADA será responsabilizada pelas condutas em desacordo com o disposto neste contrato ou no edital de licitação, sujeitando-se às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar; e



SENADO FEDERAL

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A penalidade de advertência será aplicada quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato e não for justificável a aplicação de penalidade mais grave.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A sanção de impedimento de licitar e contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União por até 3 (três) anos e será aplicada, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, quando a CONTRATADA:

- I** - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II** - der causa à inexecução total do contrato;
- III** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- IV** - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- V** - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VI** - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar consistirá em impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos por um período mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos e será aplicada nas hipóteses do Parágrafo Segundo que justificam a aplicação de penalidade mais grave ou, ainda, quando a CONTRATADA:

- I** - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- II** - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III** - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV** - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- V** - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO QUARTO – Em conjunto com as sanções dos Parágrafos Primeiro, Segundo ou Terceiro a autoridade competente poderá:

- I** - aplicar multa entre 0,5% (cinco décimos por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato; e
- II** – determinar a rescisão unilateral do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO – O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:



SENADO FEDERAL

I - 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II - 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

III - 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

PARÁGRAFO SEXTO - O SENADO avaliará se o atraso no adimplemento parcial ou total do objeto configura simples impontualidade, passível de multa moratória, ou inexecução do contrato, que sujeitará a CONTRATADA às demais sanções administrativas previstas, avaliando as circunstâncias do caso concreto e a utilidade ou aproveitamento do objeto para a administração.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das demais sanções previstas neste contrato.

I - A multa compensatória não obsta a apuração e cobrança das perdas e danos decorrentes do descumprimento do contrato.

PARÁGRAFO OITAVO – A não apresentação da documentação prevista no Parágrafo Terceiro da Cláusula Sexta ou constatada qualquer irregularidade relativa às demais condições de habilitação e qualificação que ensejaram a presente contratação sujeitará a CONTRATADA à pena de advertência e na sua notificação para sanear o vício ou irregularidade.

I – O inadimplemento da obrigação no prazo assinalado na notificação sujeitará a CONTRATADA ao disposto nos incisos I e II do parágrafo quarto.

PARÁGRAFO NONO – O atraso na apresentação da garantia contratual prevista na Cláusula Décima sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre a parcela do valor total do contrato correspondente ao período que este ficar com a garantia em aberto, considerando sempre o maior prazo constante na Cláusula de vigência, contando-se o prazo a partir da data limite para apresentação da garantia até o dia da efetiva prestação da garantia ou da retenção prevista no Parágrafo Décimo da Cláusula Décima.

PARÁGRAFO DÉCIMO – O atraso no adimplemento de outras obrigações acessórias, não previstas expressamente nos parágrafos anteriores, sujeitará a CONTRATADA à multa moratória de 0,05% (meio décimo por cento) a 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, a critério do SENADO, observando-se os critérios constantes do Parágrafo Décimo Quinto e sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos Parágrafos Quinto e Décimo, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Ressalvadas as penalidades do inciso I do Parágrafo Quarto, o somatório das demais multas previstas nesta Cláusula não poderão superar, em cada mês, o máximo de 15% (quinze por cento) do valor mensal do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – A reincidência na aplicação do percentual máximo previsto no parágrafo anterior poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A prestação do serviço em níveis de qualidade inferiores aos tolerados pelos limites indicados no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme Cláusula Quinta, sujeitará a CONTRATADA a multa cumulativa de 1% (um por cento) do valor do contrato a cada período de avaliação.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – Nos processos de apuração de infrações, serão assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, observadas as disposições legais e regulamentares, e serão levados em consideração na aplicação das sanções:

- I** – a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II** – as peculiaridades do caso concreto;
- III** – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV** – os danos que dela provierem para o Senado Federal;
- V** – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- VI** – a não reincidência da infração;
- VII** – a atuação da CONTRATADA em minorar os prejuízos advindos de sua conduta omissiva ou comissiva;
- VIII** – a execução satisfatória das demais obrigações contratuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – A multa moratória de valor irrisório poderá ser convertida em pena de advertência, a critério da autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – Em casos excepcionais, caso a multa moratória se mostre desproporcional à gravidade da infração e ao prejuízo ou risco de prejuízo dela decorrente, a autoridade competente poderá, justificadamente, reduzi-la, em atendimento ao disposto no Parágrafo Décimo Quinto.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – A multa aplicada, após regular processo administrativo e garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou recolhida por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo SENADO à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato pode ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A extinção do contrato poderá ser:

- I** - determinada por ato unilateral e escrito do SENADO, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II** – consensual, por acordo entre as partes; ou



SENADO FEDERAL

III – determinada por decisão judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO– A rescisão administrativa ou a consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

PARÁGRAFO TERCEIRO– Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência por 60 (sessenta) meses consecutivos, a contar da data de sua celebração, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite de 120 (cento e vinte) meses, a critério das partes e mediante termo aditivo, observado o disposto nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A Administração poderá extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso as partes não se interessem pela prorrogação deste contrato, deverão manifestar sua vontade, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias antes do término da vigência contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Quando consultada, a manifestação positiva da CONTRATADA quanto ao interesse na prorrogação da vigência do contrato, nos termos do art. 422 do Código Civil, gera legítima expectativa para o SENADO quanto à assinatura do termo aditivo necessário à formalização da renovação da vigência.

PARÁGRAFO QUARTO – Em atenção ao Parágrafo anterior, exceto diante de fato superveniente e devidamente justificável, a recusa da CONTRATADA em assinar o termo aditivo de prorrogação de vigência manifestada após o prazo de 180 (cento e oitenta) dias antes do encerramento da vigência do contrato poderá ensejar:

I - o enquadramento da ocorrência no inciso III do art. 155 da Lei nº 14.133/2021 com a aplicação de multa na forma do inciso I do Parágrafo Quarto da Cláusula Décima Segunda deste contrato.

II - conforme o interesse da Administração, a rescisão unilateral do contrato, de modo a, diante da impossibilidade prática de realização de novo procedimento licitatório, viabilizar a contratação do objeto remanescente do contrato nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUINTO – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica definido o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.



SENADO FEDERAL

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, ____de _____de 202__.

DIRETORA-GERAL

SENADO FEDERAL

Representante da Contratada

RG n.º _____

CPF n.º _____

TESTEMUNHAS:

DIRETOR

DIRETOR



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90045/2026

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 0200.013750/2025-51)

ANEXO 4

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

No dia ____ de _____ de 20__, a União, por intermédio do Senado Federal – Órgão Gerenciador, situado na Praça dos Três Poderes - Brasília DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.279/0001-15, representado pelo _____, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, da Política de Contratações do Senado Federal, estabelecida no Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, do Ato da Diretoria-Geral nº 14, de 9 de junho de 2022, e do Ato da Diretoria-Geral nº 15, de 9 de junho de 2022, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº __/20__, RESOLVE registrar o(s) preço(s) ofertado(s) pelo fornecedor beneficiário, conforme preços abaixo descritos:

Item	Unidade	Quantidade	Especificação	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)

Este Registro de Preços tem vigência de 1 (um) ano contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou até o término das quantidades registradas, admitida a prorrogação, na forma do Capítulo XVII do edital.

Não serão permitidas adesões à presente Ata de Registro de Preços.

O Edital do Pregão Eletrônico nº __/20__ e seus anexos integram esta Ata de Registro de Preço, independentemente de transcrição.



SENADO FEDERAL

A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais do Senado Federal e do fornecedor beneficiário acima indicado, assim como pelas testemunhas abaixo arroladas.

Brasília-DF, ____ de _____ de 20__.

SENADO FEDERAL

Fornecedor beneficiário:

Representante legal:

CI:

CPF:

Instrumento de outorga de poderes:

TESTEMUNHAS:

Diretor

Diretor



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90045/2026

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 0200.013750/2025-51)

ANEXO 5

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará a Ata de Registro de Preços, conforme modelo abaixo, à Coordenação de Processamento Externo de Licitações, nos termos do Capítulo XI - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____ / ____					
Data de abertura:					
Nome da empresa:					
CNPJ:					
Endereço:					
CEP:					
Telefone: (DDD)					
E-mail:					
Dados Bancários:					
Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar Ata de Registro de Preços)					
CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar a ARP)					
RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar a ARP)					
Instrumento de outorga de poderes: (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)					
Certificação digital: O representante legal da empresa que assinará o ajuste possui certificação digital ICP Brasil? () Sim () Não					
ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO MENSAL (R\$)	VALOR TOTAL MENSAL (R\$)
				R\$	R\$
				R\$	R\$
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA 60 MESES (R\$)					R\$

Instruções de preenchimento:

A licitante deverá informar os preços por item, total do item, por grupo (quando for o caso) e total global da proposta, seguindo a numeração constante no edital.

O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar a Ata de Registro de Preços deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos.

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90045/2026

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 0200.013750/2025-51)

ANEXO 6

<p>MODELOS DE TERMO DE VISTORIA E DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA</p>
--

MODELO DE TERMO DE VISTORIA

Declaro, em atendimento ao previsto no Edital do Pregão Eletrônico **[Identificação do Pregão]**, que a empresa **[Identificação da licitante]**, por intermédio do(a) Sr(a) **[Identificação do Representante da Empresa]**, portador(a) do CPF nº **[Número do CPF]** e RG nº **[Número do RG]**, vistoriou os locais onde serão executados os serviços objeto da licitação em questão.

Local e data

Assinatura e carimbo

(Representante do Senado Federal)

(Matrícula nº: _____)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

Declaro, em atendimento ao previsto no Edital do Pregão Eletrônico **[Identificação do Pregão]**, que eu, **[Nome completo do Responsável Técnico ou Representante da Empresa]**, **[Profissão]**, portador(a) do CPF nº **[Número do CPF]**, responsável técnico ou representante da empresa **[Nome da Empresa Licitante]**, estabelecida no(a) **[Endereço constante dos documentos de constituição da empresa]**, não considero necessário vistoriar o local, pois as informações constantes do Edital da licitação são suficientes para avaliar as condições e grau de dificuldade para a plena execução do serviço.

Local e data

Assinatura

(Responsável Técnico ou Representante da Empresa)

(CPF nº: _____)



SENADO FEDERAL

COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90045/2026

REGISTRO DE PREÇOS

(Processo nº 0200.013750/2025-51)

ANEXO 7

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

A **União** por intermédio do **Senado Federal**, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.279/0004-68, doravante denominado SF e **NOME DA EMPRESA**, pessoa jurídica com sede na, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º ..., doravante denominada contratada e, sempre que em conjunto referidas como PARTES para efeitos deste TERMO DE SIGILO DA INFORMAÇÃO, doravante denominado simplesmente TERMO, e,

CONSIDERANDO que, em razão do atendimento à exigência do Contrato SF Nº ..., celebrado pelas PARTES, doravante denominado CONTRATO, cujo objeto é a, mediante condições estabelecidas pelo SF;

CONSIDERANDO que o presente TERMO vem para regular o uso dos dados, regras de negócio, documentos, informações, sejam elas escritas ou verbais ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, entre outras, doravante denominadas simplesmente de INFORMAÇÕES, que a contratada tiver acesso em virtude da execução contratual;

CONSIDERANDO a necessidade de manter sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do SF de que a contratada tomar conhecimento em razão da execução do CONTRATO, respeitando todos os critérios estabelecidos aplicáveis às INFORMAÇÕES;

O SF estabelece o presente TERMO mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste TERMO é prover a necessária e adequada proteção às INFORMAÇÕES do SF, principalmente aquelas classificadas como SIGILOSAS, em razão da execução do CONTRATO celebrado entre as PARTES.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS

I - As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer INFORMAÇÕES reveladas pelo SENADO;

II - A contratada se obriga a manter o mais absoluto sigilo e confidencialidade com relação a todas e quaisquer INFORMAÇÕES que venham a ser fornecidas pelo SENADO, a partir da



SENADO FEDERAL

data de assinatura deste TERMO, devendo ser tratadas como INFORMAÇÕES SIGILOSAS, salvo aquelas prévia e formalmente classificadas com tratamento diferenciado pelo SENADO;

III - A contratada se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus diretores, empregados e/ou prepostos faça uso das INFORMAÇÕES do SENADO;

IV - O SF, com base nos princípios instituídos na Segurança da Informação, zelar para que as INFORMAÇÕES que receber e tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação informada pela contratada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS LIMITAÇÕES DA SIGILOSIDADE

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I - Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das PARTES;

II - Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III - Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as PARTES cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

I - A contratada se compromete a utilizar as INFORMAÇÕES reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO;

II - A contratada se compromete a não efetuar qualquer cópia das INFORMAÇÕES sem o consentimento prévio e expresso do SENADO;

III - O consentimento mencionado inciso II acima, entretanto, será dispensado para cópias, reproduções ou duplicações para uso interno das PARTES;

IV - A contratada se compromete a cientificar seus diretores, empregados e/ou prepostos da existência deste TERMO e da natureza confidencial das INFORMAÇÕES do SENADO;

V - A contratada deve tomar todas as medidas necessárias à proteção das INFORMAÇÕES do SENADO, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo SENADO;

V - Cada PARTE permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer INFORMAÇÕES eventualmente reveladas à outra parte em função da execução do CONTRATO;

VI - O presente TERMO não implica a concessão, pela parte reveladora à parte receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual;



SENADO FEDERAL

VII - Os produtos gerados na execução do CONTRATO, bem como as INFORMAÇÕES repassadas à contratada, são de única e exclusiva propriedade intelectual do SENADO;

VIII - A contratada firmará acordos por escrito com seus empregados e consultores ligados direta ou indiretamente ao CONTRATO, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente instrumento;

IX- A contratada obriga-se a não tomar qualquer medida com vistas a obter, para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectual relativos aos produtos gerados e às INFORMAÇÕES que venham a ser reveladas durante a execução do CONTRATO;

X - A contratada nunca poderá compartilhar INFORMAÇÕES e qualquer pedido sobre elas deverá ser encaminhado para deliberação do Senado.

CLÁUSULA QUINTA – DO RETORNO DE INFORMAÇÕES

I - Todas as INFORMAÇÕES reveladas pelas PARTES permanecem como propriedade exclusiva da parte reveladora, devendo a esta retornar imediatamente assim que por ela requerido, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor durante a vigência do contrato.

A contratada não poderá, por si, compartilhar informações, mesmo após o término da vigência do contrato, e qualquer pedido sobre elas deverá ser encaminhado para deliberação do Senado, que é o proprietário das informações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO firmado entre as PARTES. Neste caso, a contratada, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo SENADO, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial.

CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

I - Este TERMO está vinculado ao CONTRATO, que é parte independente e regulatória deste instrumento;

II - O presente TERMO constitui acordo entre as PARTES, relativamente ao tratamento de INFORMAÇÕES, principalmente as CONFIDENCIAIS, aplicando-se a todos e quaisquer



SENADO FEDERAL

acordos futuros, declarações, entendimentos e negociações escritas ou verbais, empreendidas pelas PARTES em ações feitas direta ou indiretamente;

III - Surgindo divergências quanto à interpretação do pactuado neste TERMO ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se nele a existência de lacunas, solucionarão as PARTES tais divergências, de acordo com os princípios da legalidade, da equidade, da razoabilidade, da economicidade, da boa-fé, e, as preencherão com estipulações que deverão corresponder e resguardar as INFORMAÇÕES do SENADO;

IV - Salvo expressa determinação em contrário, o disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos legais conexos relativos à confidencialidade de INFORMAÇÕES;

V - A omissão ou tolerância das PARTES, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

As partes elegem o foro de Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, é assinado o presente TERMO DE SIGILO DA INFORMAÇÃO, pela contratada, sendo em 2 (duas) vias de igual teor e um só efeito.

Brasília, de

de

Nome

Diretor

NOME DA EMPRESA